

→ **★** **continuação**

As operações de aplicações financeiras são pulverizadas em diversas instituições financeiras, consideradas pelo mercado de primeira linha. **Risco de liquidez:** A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
2015						
Fornecedores	86.566	86.566	—	—	—	—
Empréstimos e Financiamentos	65.098	4.739	4.610	8.676	24.691	22.382
	Valor contábil	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
2014						
Fornecedores	96.764	96.764	—	—	—	—
Empréstimos e Financiamentos	67.599	4.286	4.231	8.461	22.949	27.672
Outras contas a pagar	369	369	—	—	—	—

Risco cambial: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, e alguns saldos a receber e a pagar, todos denominados em reais. A Administração avalia regularmente a contratação de operações de hedge (*Non-Deliverable Forwards*) como instrumento para redução desses riscos.
• **Instrumentos de taxa variável:** a Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumento financeiro vinculado a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.
Valor justo: *Valor justo versus valor contábil:* Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado

	2015	2014
Ativos:		
Depósitos à vista	384	384
Aplicações financeiras	7.478	7.478
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	25.399	25.399
Outras contas a receber	22.001	22.001
	51.972	51.972

Passivos designados pelo valor justo por meio do resultado

Fornecedores	86.566	86.566	96.764	96.764
Empréstimos e financiamentos	65.098	65.098	67.599	67.599
Operações de mútuo	84.385	84.385	68.557	68.557
Adiantamentos de clientes	40	40	91	91
Dividendos a pagar	2.881	2.881	4.881	4.881

Hierarquia de valor justo: A seguir, uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 2 com base no grau observável do valor justo.
• **Mensurações de valor justo de Nível 1:** são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
• **Mensurações de valor justo de Nível 2:** são obtidas por meio de valores variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

	Nível 1	Nível 2
2015		
Ativo		
Depósitos à vista	384	—
Aplicações financeiras	—	7.478
2014		

	Nível 1	Nível 2
Ativos		
Depósitos à vista	373	—
Aplicações financeiras	—	59.631

14. Partes relacionadas

	Nota	2015	2014
Ativo circulante			
Contas a receber			
Copersucar Trading A.V.V.		—	252
Alvean Sugar S.L (a)	5	<u>25.399</u>	<u>—</u>
		<u>25.399</u>	<u>252</u>

Passivo circulante

Fornecedores			
Copersucar S.A.		20.610	20.610
Copersucar Trading A.V.V.		<u>58.390</u>	<u>58.390</u>
	10	<u>79.000</u>	<u>79.000</u>

Adiantamento de Clientes (b)

Copersucar S.A.		<u>—</u>	<u>15</u>
-----------------	--	----------	-----------

Dividendos (c)

Copersucar S.A.		<u>2.881</u>	<u>4.881</u>
-----------------	--	--------------	--------------

Passivo não circulante

Mútuo (d)		<u>84.385</u>	<u>68.557</u>
Copersucar S.A.			

Venda de serviços

Cooperativa		74	22.565
Copersucar S.A.		1.971	2.417
Copersucar Trading A.V.V.		<u>43.326</u>	<u>39.790</u>
		<u>45.371</u>	<u>64.772</u>

Financeiro - Juros

Copersucar S.A.		<u>(7.942)</u>	<u>(3.407)</u>
		<u>(7.942)</u>	<u>(3.407)</u>

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Companhia e demais partes relacionadas (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, Arrepar Participações S.A., Copersucar Armazéns Gerais S.A., Copersucar Trading A.V.V., Copersucar S.A. e Alvean Sugar S.L) e referem-se basicamente a:
• **Vendas de serviços** - Operações de vendas de serviços portuários, comercializados conforme contrato firmado entre as partes, em condições semelhantes àqueles realizados com terceiros, considerando-se os volumes, riscos envolvidos e políticas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

corporativas. (a) Os saldos apresentados com a Alvean Sugar S.L. até março de 2015 se referem a prestação de serviços de elevação e *Take or Pay* decorrentes de volumes embarcados inferior ao estabelecido em contrato.
• **Valores ativos** - Conta movimento refere-se a reembolso de despesas com a parte relacionada; e
• **Valores passivos** - (b) Adiantamentos recebidos para fornecimento e serviços; (c) Dividendos a pagar para controladora direta; (d) Contratos de mútuo com a controladora com taxas normais de mercado.
Garantias ou avais e fianças recebidas de partes relacionadas: Os empréstimos e financiamentos abaixo são avaliados pelas partes relacionadas:

Tomadora	Banco	Vencimento	Valor
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	Brasil	2022	37.673 (a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	Bradesco	2016	955 (a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	Brasil	2016	1.018 (b)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	Brasil	2022	5.894 (b)
			<u>45.540</u>

Os empréstimos são garantidos por avais e alienação fiduciária de bens: (a) Cooperativa e (b) Copersucar S.A..
• **Compromissos contratuais com partes relacionadas:** A Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais S.A. foi contratada por Copersucar Trading A.V.V., Copersucar S.A., Arrepar Participações S.A., Cooperativa e Alvean Sugar S.L. para prestação de serviços de armazenagem, embarque de açúcar VHP para granel para exportação em sistema de *pool* no terminal da contratada, localizada no Porto de Santos, de um volume estimado de 7.300.000 (sete milhões e trezentos mil) toneladas de açúcar a granel, com tolerância de 10% para mais ou menos. A quantidade total será embarcada em até 31 de março de 2016.

15. Arrendamento mercantil operacional

Arrendamento como arrendatário: Os arrendamentos operacionais serão pagos da seguinte forma:

	2015	2014
Até um ano	3.290	3.474
Acima de um ano - até cinco anos	14.233	16.002
Mais de cinco anos	<u>78.073</u>	<u>127.442</u>
Total	95.596	146.918

A Companhia reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional os montantes de R\$ 3.244 em 2015 (R\$ 3.030 em 2014). A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 50.392 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas. O contrato de arrendamento possui prazo de vigência até março de 2036. Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia.

16. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia é de R\$ 20.726 em 31 de março de 2015 e 2014, representado por 2.019.843 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Reserva de lucros: *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do artigos 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
Reserva de retenção de lucros: Os lucros acumulados apurados até 31 de março de 2015 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reservas de lucros, e estão à disposição dos acionistas. Nos termos do artigo 199 da Lei nº 6.404/76, em 31 de março de 2015 a Companhia possui excoção de reservas sobre o capital. A proposta da Administração é deliberar a destinação na próxima Assembleia Geral dos Acionistas.
Ajuste de avaliação patrimonial: A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado em 1º de abril de 2009. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, por meio da depreciação dos ativos a que elas se referem.
Dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo limitado a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei.

17. Receitas líquidas

Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2015	2014
Receita operacional bruta	97.992	75.540
Menos:		
Impostos sobre serviços	<u>(2.949)</u>	<u>(4.707)</u>
	<u>95.043</u>	<u>70.833</u>

18. Outras receitas

Indenizações		<u>—</u>	<u>10.560</u>
Retenção de provisões ações judiciais trabalhistas		93	277
Outras receitas		<u>—</u>	<u>—</u>
Total		93	10.837

19. Outras despesas

	2015	2014
Provisão de passivo (tributário e ações trabalhistas)	(794)	(525)
Processos judiciais	(611)	(319)
Outras despesas	(35)	(4)
Total	(1.440)	(848)

20. Financeiras líquidas

	2015	2014
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	2.363	540
Variação cambial de clientes	<u>3.641</u>	<u>170</u>
	6.004	710

Despesas financeiras

Juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.562)	(5.398)
Variação cambial passiva	(382)	(2)
Imposto sobre operações financeiras e mútuo	(1.135)	(753)
Outras despesas	(503)	(331)
	<u>(13.582)</u>	<u>(6.484)</u>
	<u>(7.578)</u>	<u>(5.774)</u>

Total do resultado financeiro líquido

21. Despesas por natureza

Despesas por natureza		
Despesas com material	(4.837)	(4.602)
Despesas com pessoal	(30.190)	(30.560)
Depreciação e amortização	(4.571)	(3.555)
Gastos gerais com aluguéis e manutenção	(8.574)	(7.985)
Gastos gerais com serviços logísticos	(4.211)	(13.321)

Despesas por natureza

Gastos gerais com serviços de terceiros	(8.055)	(6.495)
Outros gastos gerais	<u>(7.719)</u>	<u>(5.364)</u>
	(68.157)	(71.882)

Classificadas como:

Custo dos serviços prestados	(62.991)	(68.254)
Administrativas e gerais	<u>(5.166)</u>	<u>(3.628)</u>
	(68.157)	(71.882)

22. Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2015	2014
--	-------------	-------------

Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	17.962	3.166
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(6.107)	(1.053)
Adições permanentes:		
Outras	<u>(177)</u>	<u>(156)</u>
Exclusões permanentes:		
Receita de sinistro	—	18.594
Outras	6	—
Deduções do IRPJ - PAT	76	—
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(6.202)	17.385
Alíquota efetiva	<u>35%</u>	<u>—</u>
Impostos correntes	(4.228)	459
Impostos diferidos	<u>(1.974)</u>	<u>16.926</u>

A Lei 12.973, publicada em 13 de maio de 2014, introduziu alterações relevantes às regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Lei entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014. A Companhia não optou pela aplicação antecipada da Lei. De todo modo, as alterações introduzidas pela mesma não geraram impactos no cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social a partir de 2015.

23. Benefícios a empregados

A Companhia concede alguns benefícios a seus funcionários. Dentre esses benefícios, os discriminados abaixo foram avaliados por meio de cálculo atuarial.
Assistência médica (subsídio cruzado): A Companhia disponibiliza como parte de seus benefícios um plano de assistência médica padrão, onde não há contribuição mensal dos funcionários, a exceção se dá quando há opção por um plano diferenciado, neste caso o funcionário arca com o acréscimo do custo mensal. Nesse sentido, de acordo com a Lei 9.656/98, é previsto para funcionários que exerçam tal contribuição, que em caso de aposentadoria, demissão sem justa causa ou exoneração, o plano de assistência médica seja mantido nas mesmas condições vigentes para os funcionários ativos, desde que o funcionário que tenha se enquadrado em uma das três condições mencionadas acima, assumam o pagamento integral de sua mensalidade. Para isso, são garantidos os seguintes prazos de manutenção dos planos:
Demitidos sem justa causa ou exonerados: O tempo de permanência garantido será 1/3 do tempo que contribuiu para o Plano de Saúde, assegurado um período mínimo de 6 meses e um máximo de 24 meses.

Aposentados: • Para funcionários com vínculo de 10 anos ou mais: é assegurado o direito de manutenção como beneficiário no Plano nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, pagando o custo integral do plano, pelo tempo que desejar.
• **Para funcionários com vínculo de menos de 10 anos:** é assegurado o direito de manutenção como beneficiário nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, pagando o custo integral do plano, à razão de 1 (um) ano para cada ano de contribuição. Tendo em vista que o custeio do plano é obtido considerando os empregados ativos e os aposentados, a Companhia realizou uma avaliação atuarial com o objetivo de avaliar a existência de passivos. Os cálculos foram realizados por Companhia terceirizada especializada do mercado e não foram observados impactos relevantes.
Seguro de vida: Para os empregados incluídos neste benefício até 2005 e que se aposentaram na Companhia Auxiliar, a Companhia paga o prêmio do seguro à Seguradora. Em caso de morte do segurado o pagamento do capital segurado ao beneficiário é realizado pela seguradora. Para os empregados admitidos após este período o benefício é custeado parcialmente durante o período em que os empregados permanecem ativos, e são considerados como despesa, não incorrendo em riscos atuariais. Para a realização dos cálculos, as premissas abaixo foram utilizadas para este benefício:

Variáveis	Premissa
Frequência	1
Idade média	66
Expectativa de sobrevida	18,90
Prêmio médio mensal	99,63

a. Método de avaliação atuarial: O método utilizado no cálculo atuarial foi o método do crédito unitário projetado. Esse método determina um custo, relativo ao benefício futuro a que o participante terá direito, a ser acumulado durante o seu período de atividade até que se torne elegível ao benefício.
b. Premissas e hipóteses atuariais: As hipóteses biométricas e financeiras apresentadas abaixo foram utilizadas na

avaliação atuarial:		
Mortalidade geral		AT - 2000
Mortalidade de inválidos		N/A
Entrada em invalidez		N/A
Taxa de rotatividade		N/A
Taxa esperada de inflação		5,70% a.a.
Taxa nominal de desconto		10,20% a.a.
Crescimento nominal de custos com seguro de vida		7,81% a.a.
Crescimento nominal de renda vitalícia		5,70% a.a.

Plano de contribuição definida: As despesas com o plano de contribuição definido vigente atualmente totalizaram R\$ 133 no ano de 2015 (R\$ 120 em 2014).

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 309.338 (R\$ 191.000 em 2014), referindo-se a danos materiais e R\$ 20.000 a responsabilidade civil.

DIRETORIA		
Luís Roberto Pogetti Diretor Presidente	Paulo Roberto de Souza Diretor Superintendente	Alexandre de Mattos Setten Diretor
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		

administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais em 31 de março de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de junho de 2015

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Fernando Rogério Liani

Contador CRC 1SP229193/O-2